

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

15

A ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL NO RIO GRANDE  
DO NORTE NOS ÚLTIMOS ANOS DO IMPÉRIO:  
1881 A 1889.

NATAL - RN  
1994

AUTORA: FRANCISCA HELENA LOPES DANTAS

A ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL NO RIO GRANDE  
DO NORTE NOS ÚLTIMOS ANOS DO IMPÉRIO:  
1881 A 1889.

Monografia apresentada como exigência para obtenção do grau de Bacharel em História ao Departamento do Curso de História, sob orientação da professora MARLENE DA SILVA MARIZ.

NATAL - RN  
1994

## DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado ao meu pai OTACÍLIO; à memória da minha mãe GLÓRIA, e aos meus irmãos ROBERTA, FERNANDO, ANA PAULA e RAFAEL, pelo amor que nos une como uma verdadeira família.

## AGRADECIMENTOS

- A DEUS, pelo maravilhoso dom da vida;
- A MARLENE MARIZ, pela paciência e dedicação;
- A MINHA FAMÍLIA, pelo apoio em todos os momentos;
- Aos AMIGOS DO CURSO, pelo incentivo para a conclusão deste trabalho.

## S U M Á R I O

INTRODUÇÃO .....	5
I - CONJUNTURA DO BRASIL IMPERIAL .....	6
1.1 - CARACTERÍSTICAS DA ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL NO SIS- TEMA IMPERIAL .....	7
1.2 - OS PARTIDOS POLÍTICOS E AS ELEIÇÕES .....	9
II - RIO GRANDE DO NORTE: UMA PROVÍNCIA NO ABANDONO .....	13
2.1 - RELAÇÃO DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE: 1881 A 1889 .....	16
2.2 - AÇÕES ADMINISTRATIVAS DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIAS DO RIO GRANDE DO NORTE .....	21
III - CONCLUSÃO .....	28
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA .....	29
BIBLIOGRAFIA .....	30
ANEXOS .....	33

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise da conjuntura política da Província do Rio Grande do Norte no período de 1881 a 1889, tendo em vista que é um assunto pouco conhecido e de documentação escassa. Serviu de base para a execução do mesmo os relatórios e falas dos Presidentes de Província, encontrados no Arquivo Público Estadual e no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

A análise partirá do contexto nacional observando a conjuntura do império como um todo; para depois canalizar para o quadro específico da Província, sua origem, desenvolvimento e transformações, bem como a ação administrativa dos Presidentes de Províncias.

Finalmente exporemos nosso entendimento próprio sobre o quadro evolutivo da Província e a importância da documentação utilizada para reconstituição do passado.

## I - CONJUNTURA DO BRASIL IMPERIAL

A má distribuição demográfica, característica do Brasil Colonial, predominou no decorrer de todo o século XIX. Minas Gerais, devido o seu sistema econômico, fugiu um pouco a regra, tendo uma vida urbana mais desenvolvida que o resto do país.

A política de exportação do país estava em declínio, o ouro esgotava-se, o algodão entrava em queda com a concorrência dos Estados Unidos, o pau-brasil era superado e não existia ainda o café nem a borracha. (3).

A vida cultural no império era bastante escassa. A imprensa era muito restrita, e o índice de analfabetismo contribuía para que fosse pouco divulgada, além de toda a população ser basicamente rural e distantes dos grandes centros. A pouca cultura existente vinha da Europa e apenas aqueles que tinham dinheiro e posição social disfrutavam de tais luxos. (3)(10).

Com o advento do segundo reinado o sistema parlamentarista foi implantado, onde o Presidente do Conselho era escolhido pelo imperador (10).

No final do século XIX o café ocupava papel de destaque na economia brasileira, representando 61,5% das nossas exportações. Esta era uma cultura próspera que ajudou em muito no desenvolvimento da indústria do Brasil, pois possibilitou a formação de capitais e a utilização de mão-de-obra assalariada; estimulando o mercado interno e marcando a formação do capitalismo no Brasil. (10).

A Reforma Saraiva estabeleceu conquistas como o sufrágio universal para uma renda igual ou superior a duzentos mil reis e tornava, teoricamente, elegível os não católicos e escravos alfo-

riados; modificações estas que só eram válidas para os homens, as mulheres só vão adquirir tais direitos muito mais tarde (10).

A partir da década de 1870 o império entra num processo de declínio, dando abertura para o surgimento de partidos republicanos e para intensificação dos movimentos abolicionistas, o que terminou por culminar na abolição da escravatura em 13 de maio de 1888. Todas essas mudanças levam o país para o caminho da proclamação da República. Caminho este que deixou o imperador D. Pedro II de mãos atadas, sem que nada pudesse fazer (10).

Com o declínio da monarquia o capitalismo implanta-se cada vez mais forte nas regiões prósperas, provando que o antigo regime, ou seja, o império, não estava preparado para acompanhar o progresso eminente (10). Aliás, é o que pode-se observar em diversas outras partes do mundo e em diferentes épocas.

*Exceção...*  
*P.O.*

### 1.1 - CARACTERÍSTICAS DA ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL NO SISTEMA IMPERIAL.

Em meados do século XIX, apogeu do segundo império, por uma necessidade prática, foi implantado o parlamentarismo, inspirado no da Inglaterra, onde o imperador, com o apoio do partido com maior representação na Câmara, escolhia o Primeiro-ministro que por sua vez escolhia seu ministério; ambos responsáveis perante a Câmara. O imperador, com seu poder moderador, intervia quando por acaso havia alguma crise entre a Câmara e o Ministério. Também podia o imperador assumir o lugar do Primeiro-ministro, dissolver a Câmara ou convocar novas eleições (3). Qualquer pretexto era usado para substituir o Ministro e dissolver a Câmara, o



que permitia uma alteração de grupos dominantes no poder (5). Esta alteração pode ter provocado aos poucos a falta de apoio ao imperador.

Na prática, este sistema parlamentar aconteceu quando Carneiro Leão foi convocado a montar um ministério, em 1843; mas só se tornou viável com o aparecimento do cargo de Primeiro-ministro, quatro anos mais tarde, ocupado por Alves Branco (1).

As eleições, de modo geral, eram fraudulentas e a qualificação para votar só vai ser estabelecida com a Lei Saraiva, já mencionada anteriormente.

Os partidos políticos, liberal e conservador, careciam de representatividade e mais ainda de programa e ideologia. Apenas a força do poder moderador e dos ministérios funcionavam, mesmo assim com bastante restrições (3).

Uma sociedade representativa preconceituosa, sem representação popular, escondia-se atrás de uma fachada liberal. O próprio imperador não conseguia disfaçar o caráter oligarquico e autoritário do seu governo.

Intimamente ligadas às instituições políticas estão as jurídicas e administrativas; o que constitui em grande mudança visto que no período colonial praticamente toda a administração estava nas mãos dos capitães-mores (7).

O capitalismo implantava-se cada dia mais nas regiões prósperas; o império, por sua incapacidade de acompanhar o progresso ia caminhando para o seu fim. Cerca de 600 fábricas já estavam instaladas e a economia dividia-se por muitas áreas: borracha, cafê, algodão, erva-mate, açúcar, cacau, pecuária, etc. (10).

D. Pedro II também pouco contribuía, individualmente, para o progresso do Brasil, para não dizer que foram quase nulas

suas contribuições. Preferia preocupar-se com opiniões daqueles que o cercavam e julgava ser dominante no império. Sua posição passiva o tornava uma figura secundária, incapaz de entender o progresso social que vinha ocorrendo debaixo dos seus olhos. Para ele, política e administração confundiam-se (6).

As instituições brasileiras tinham um grande problema de funcionamento e de adaptação à realidade. Este problema decorre de tempos remotos quando, ao voltar para Portugal, o rei D. João deixou no Brasil todo o pessoal que havia trazido para assumir estas instituições. Estes transferem para os seus sucessores o mesmo espírito passivo e rotineiro (7). Até os dias de hoje podemos sentir no quadro das nossas instituições públicas os sintomas dessa inadequação.

O que podemos perceber é que, enquanto o primeiro império caiu pelo desgaste pessoal do imperador D. Pedro I; o segundo império pelo desgaste do próprio sistema que por sua vez veio a constituir-se em uma barreira para o progresso. A implantação da República mais uma vez manteve o povo na posição de expectador, porém foi um marco para a História do Brasil contemporâneo (3).

## 1.2 - OS PARTIDOS POLÍTICOS E AS ELEIÇÕES

Dois partidos ambos representantes da aristocracia agrária, existiam no período monárquico: Liberal e Conservador. Havia poucas diferenças entre eles; apenas o liberal era um pouco mais federalista. Porém chegou-se a afirmar, sem dúvida, "nada mais parecido com um conservador que um liberal no poder" (3).

Com relação a fase áurea referente ao processo administra

tivo do segundo império, chegou a haver um gabinete que conciliava os dois partidos, chefiado pelo Marquês do Paraná (1853-1858).

Os dois partidos assemelham-se no fato de aceitarem a filosofia Liberal e admitirem como perfeitos muitos pontos de vista do liberalismo. Sendo assim, diversas reformas liberais eram realizadas pelos ministérios conservadores (9).

Aprofundando uma pouco a visão de oposição entre conservadores e liberais, percebe-se a presença de dois conceitos distintos de liberalismo ou democracia.

Comparando os ideais democráticos segundo as aspirações do revolucionarismo francês do parlamentarismo britânico e do federalismo americano, encontramos formas diferentes para expressar situações análogas.

Os ideais do liberalismo eram entendidos pelos conservadores como constituindo o sistema político no qual a autoridade fosse imparcial e neutra para garantir a liberdade dos cidadãos e que houvesse uma lei uniforme e igual para todos e acreditavam que o perigo mais sério encontrava-se na formação de agrupamentos poderosos cuja influência seria devastadora para a liberdade. Quase todas as práticas da política "regressista" estavam dentro das mais típicas aspirações democráticas no século XX.

Já os liberais procuravam realizar os ideais políticos do tempo através da subordinação da autoridade do sufrágio universal. Desconfiavam sistematicamente de todos os poderes que não surgissem da eleição. Preferiam uma autoridade facciosa, mas eleita; ao contrário do pensamento conservador. Defendiam o parlamentarismo em nome do princípio liberal do controle do governo pelo povo (9).

Os conservadores defendiam a monarquia com suas prerrogativas

tivas essenciais em nome do princípio liberal da imparcialidade e da neutralidade do Estado e eram controlizadoras por acharem que o sistema unitário consistia num processo real, a supremacia da autoridade nacional sobre as formações feudais (9).

Ambos apoiavam a monarquia constitucional que acreditavam ser o melhor governo possível, visto que ao mesmo tempo garantiram a neutralidade do Estado e o governo popular (9).

Como se viu os partidos criados num tal sistema parlamentar, representavam não mais que facções de uma mesma classe dominante. Consequentemente, seu modelo corresponde ao que se chama de "partido de patronagem", isto é, agrupamentos que somados em torno de uma outra liderança revessavam-se no plano da luta pelo poder, sem divergências ideológicas.

Para muitos a República surgiu como utopia cuja realização exigia alto nível intelectual e moral da população, assim como a economia solidamente estabelecida, para outros como detestável sistema de tirania em luta.

Sendo assim podemos dizer que os partidos tinham poucas diferenças entre si, ao contrário, tinham muitos pontos em comum, que geralmente encobriam suas faltas. O que podemos identificar como características individuais de cada um é que enquanto o partido conservador tinha sua base agrária, os liberais encontravam-se essencialmente entre as profissões urbanas.

Sobre as eleições, estas não consistiam num forte instrumento de oposição, visto que com o poder moderador nas mãos, podia o imperador colocar e retirar dos cargos quem ele bem entendesse. Todas as decisões eram tomadas em acordos palacianos. As eleições, em geral, eram fraudulentas e não representativas. Inexistia justiça eleitoral e a qualificação para votar só vai insti

tuir-se com a lei Saraiva em 1881. Esta qualificação era dada antes de cada eleição por quem realizava a eleição, ou seja, o próprio ministério do poder.

Predominavam a apatia política, a fraude eleitoral e a absoluta despolinização da massa brasileira, dispersa pelo imenso território. Isolados do povo, os dois partidos careciam mesmo de ideologia e programa. Politicamente falando, o que mais funcionava naquele sistema era a maquina centralizadora do poder moderador e do ministério. Não possuía representatividade, mas tinha eficiência, porém dentro de alguns limites (3).

## II - RIO GRANDE DO NORTE: UMA PROVÍNCIA NO ABANDONO

Distante de tudo, praticamente isolado do restante do Brasil por falta de estradas e qualquer outro meio de comunicação eficiente, o Rio Grande do Norte sempre esteve à margem dos acontecimentos do Brasil. Até mesmo seus Presidentes de Províncias, na sua grande maioria, eram de fora e não tinha nenhum vínculo com a população local.

Sua colonização, também tardia, pois foi autorizada em 1557 e é efetuada somente em 1599 com a construção do Forte dos "Reis Magos". A Província esteve submetida à Pernambuco até 1820, com o fim da Revolução Pernambucana de 1817. Também foi palco de diversos massacres cometidos pelos holandeses e constantes conflitos entre os índios da região. Todos estes acontecimentos contribuíram em muito para o isolamento da Província do Rio Grande do Norte.

O Rio Grande do Norte contava, em 1877, com oito cidades; quinze vilas; treze comarcas e sua representação na assembléia provincial era de um senador; dois deputados, além de quinhentos e oitenta e cinco eleitores (5).

O Presidente de Província era o centro ao redor do qual girava toda a política da região. Em suas mãos estavam muitos poderes contra os quais não havia força suficiente; fazendo com que todos na região se aproximassem dele para disputar seus favores (2).

Por volta de 1850, a produção de açúcar e de algodão traz desenvolvimento econômico para região e muitos colonos transferem-se para a província trazendo capitais e promovendo seu povoamento. O algodão da região, caracterizado pela sua fibra longa, tem

maior aceitação que os demais. Com a guerra de secessão nos Estados Unidos, o produto grante uma grande exportação, já que seu principal concorrente para o abastecimento europeu não podia fazê-lo devido a guerra civil (4).

O Porto de Guarapes, localizado na região que hoje se encontra entre Natal e Macaíba, local de escoamento da produção para fora da província, surgiu nessa época.

A navegação a vela foi substituída pela navegação a vapor (4).

Com novos produtores internacionais de algodão, incluindo o retorno dos Estados Unidos à atividade, e a produção de açúcar de Pernambuco e das Antinhas, tanto Guarapes, quanto demais centros comerciais da Província - São Gonçalo e Macaíba - entram em processo de decadência para chegar a sua total extinção no final do século XIX (4).

O sal também serviu de sustentação econômica para o Rio Grande do Norte. Desde o início da colonização as salinas da região eram conhecidas; mas somente a partir de 1860 é que entram em franco desenvolvimento, iniciando concorrência com outros portos (4).

Com a participação do Rio Grande do Norte na Guerra do Paraguai, além das pestes e das secas da região, o índice demográfico da província no período entre 1860 e 1890 fosse um dos menores do Brasil.

A falta de preparo dos homens recrutados para a guerra causou muitas perdas: dos dois mil soldados recrutados, apenas oitocentos retornaram e muitos destes mutilados (4).

As secas, especialmente as de 1877 e 1879, causaram não só no RN, mas em todo o nordeste inúmeras perdas; fossem estas por

morte ou emigração para outras regiões, como o centro-sul, por causa da indústria, ou o Amazonas, devido a extração de borra-cha (4).

As pestes ou doenças contagiosas, como varíola, cólera, febre amarela, etc; também marcaram a Província com diversos surtos com significantes perdas durante o século XIX (4).

Os fatos que foram marcantes para o Brasil no século XIX tiveram no Rio Grande do Norte apenas uma aceitação ou quando muito uma participação passiva. Por exemplo, por ocasião do reconhecimento da independência do Brasil por Portugal, foi feita apenas uma solenidade pela Câmara Municipal, em 29 de agosto de 1825 (5); ou ainda por ocasião da Revolução de 1824, o Presidente de Província, Thomás de Araújo Pereira, apenas colocu-se como simpatizante e autorizou a adesão de alguns, atitude que mais tarde não ratificou (4).

O processo de abolição também teve início antes da publicação da Lei Áurea, com o exemplo de outras províncias, como o Ceará. Em 1883, na cidade de Mossoró, criou-se a "Libertadora Mossoroense", responsável pela alforria de mais de metade dos escravos. Seguindo seus passos vieram Açú, Caraúbas, Augusto Severo, Macaíba, etc. Em 19 de janeiro de 1888 foi criada em Natal a "Libertadora Norte-Riograndense" e por ocasião da data da Lei Áurea, como afirma Tarcísio Medeiros (1973), pouquíssimos escravos restavam na Província.

A proclamação da República, no Rio Grande do Norte, ocorreu de forma tranquila, sem protestos ou resistências. O partido republicano, criado em janeiro de 1889 e liderado por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, recebeu a notícia por meio de um telegrama enviado por José Leão no dia seguinte, 18 de novembro de 1889.



O então Presidente da Província em exercício, coronel Antônio Basílio Dantas, ciente das mudanças, entrega seu cargo a Pedro Velho, num clima de calma e tranquilidade, que o aceita depois de consultar algumas autoridades (8).

O partido republicano portou-se até o advento da República com manifestações pacíficas, sem participação popular, apenas um pequeno grupo de intelectuais (4).

## 2.1 - RELAÇÃO DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE - 1881 A 1889.

Durante todo o período imperial o Brasil teve um total de quarenta e oito Presidentes de Província. No período aqui estudado - 1881 a 1889 - Nove Presidentes estiveram no poder. Entre o governo de cada um desses assumiam interinamente a Presidência da Província. Os primeiros Vice-presidentes. Poderemos ver, cronologicamente indicados, os nomes dos Presidentes de Província e dos Primeiros Vice-presidentes nas tabelas a seguir (FONTE: Tarcísio Medeiros - 1973).

*Confirmação  
mas não  
está*

## PRESIDENTES DE PROVÍNCIA

N O M E	PERÍODO QUE GOVERNOU
Alarico José Futrado	Nomeado em 13 de abril; tomou posse em 19 de maio de 1880 e deixou o cargo em 20 de abril de 1881.
Satiro de Oliveira Dias	Nomeado em 24 de maio; tomou posse em 19 de junho de 1881; e deixou o cargo em 16 de março de 1882.
Francisco de Gouveia Cunha Barreto	Nomeado em 25 de fevereiro; tomou posse em 13 de abril de 1882 e deixou o cargo em 21 de julho de 1883.
Francisco de Paula Sales	Nomeado em 7 de julho; tomou posse em 22 de agosto de 1883 e deixou o cargo em 19 de julho de 1884.
Francisco Altino Correia Araújo	Nomeado em 9 de agosto; tomou posse em 30 de setembro de 1884 e deixou o cargo em 11 de julho de 1885.
José Moreira Alves da Silva	Nomeado em 12 de setembro; tomou posse em 22 de outubro de 1885 e deixou o cargo em 30 de outubro de 1886.
Antônio Francisco Pereira de Carvalho	Nomeado em 16 de outubro; tomou posse em 11 de novembro de 1886 e deixou o cargo em 10 de agosto de 1888.

José Marcelino da Rosa e Silva	Nomeado em 8 de agosto; tomou posse em 14 de outubro de 1888 e deixou o cargo em 15 de junho 1889.
Fausto Carlos Barreto	Nomeado em 15 de junho; tomou posse em 18 de julho de 1889 e deixou o cargo em 23 de outubro de 1889.

## PRIMEIROS VICE-PRESIDENTES

N O M E	PERÍODO QUE GOVERNOU
Mathias Antônio da Fonseca Morato	Nomeado em 24 de março; governou de 20 de abril a 19 de junho de 1881.
Mathias Antônio da Fonseca Morato	Mesma nomeação anterior; governou de 16 de março à 13 de abril de 1822.
Antônio Basílio Ribeiro Dantas	Nomeado em 23 de junho de 1882, governou de 21 de julho a 22 de agosto de 1883.
Antônio Basílio Ribeiro Dantas	Mesma nomeação anterior, governou de 19 de julho a 30 de setembro de 1884.
Antônio Basílio Ribeiro Dantas	Mesma nomeação anterior, governou de 11 de julho a 22 de setembro de 1885.
Luiz Carlos Vanderlei	Nomeado em 31 de outubro de 1885, governou de 30 de out. a 11 de nov. de 1886.
Francisco Amintas da Costa Barros	Nomeado em 8 de agosto de 1887, governou de 10 de agosto a 14 de outubro de 1888.
Francisco Amintas da Costa Barros	Mesma nomeação anterior, governou de 15 a 18 de junho de 1889.

Antonio Basílio Ribeiro Dantas	Nomeado em 15 de junho, governou de 18 de junho a 12 de julho de 1889.
Antônio Basílio Ribeiro Dantas	Mesma nomeação anterior, governou de 23 de outubro a 17 de novembro de 1889.

Como podemos observar nas informações relacionadas, 20 governos diferentes estiveram no poder no prazo de dez anos. Alguns nomes, sempre primeiros vice-presidentes, como Antônio Basílio Ribeiro Dantas, ocuparam o cargo mais de uma vez, mas sempre por um curto espaço de tempo.

Esta constante alteração em muito prejudica, como bem se sabe, a administração, visto que não há tempo para concluir projetos que porventura se estendesse por um período mais longo; como reformas administrativas, educacionais; obras públicas, etc. Sem falar que os presidentes, ou vices interinamente no poder, não poderiam inteirar-se de tudo que a Província necessitava nesse curto período.

Supomos assim que esse foi um fato determinante para a situação de atraso da Província, que traz reflexos desta situação até os dias de hoje.

## 2.2 - AÇÕES ADMINISTRATIVAS DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE.

O primeiro Presidente de Província do período em gestão foi Alrico José Furtado. Durante o seu governo a Província foi a fetada pela varíola, principalmente a região de Penha e Ceará-Mirim; que foi contida pelas medidas da presidência da Província com medicamentos, dietas, etc.

Os crimes também foram poucos, destacando-se com mais gravidade um assalto a um soldado, o espancamento de um civil por um militar, um homicídio em Mossoró e outro em Dois Lagos; além de uma luta entre proprietários de terra.

A justiça estava dividida em treze comarcas, todas com seus respectivos juizes de Direito.

A estrada de ferro que ligava Natal a Nova Cruz estava qua se concluída até a altura de São José do Mipibú e já se permitia o transporte de cargas e passageiros. Todo o material utilizado era importado da Inglaterra e dos Estados Unidos.

Foram restaurados o hospital de caridade e a cadeia da ca pital, com orçamento pré-estabelecido.

A província <sup>de P. A.</sup> foi convidada pela Província do Rio Grande do Sul para a Exposição Brasileira Alemã, para qual mandou um representante. Também foi convidada para a Exposição de História e Geografia Pátrias e Produtos Naturais e de Industria, no Rio de Janeiro, para onde também foi mandado um representante.

Quando às finanças provinciais, estavam bastante reduzi-  
das, visto que o imposto sobre a venda de escravos tendia desapa-  
recer e o imposto de 3% sobre mercadorias reduziram-se para a quar  
ta parte. Esta baixa arrecadação de impostos bem como a falta de

pagamento, acarretaram na dívida ativa da província.

Apesar das dificuldades, os vencimentos dos empregados estavam sendo pagos, as despesas ordinárias pontualmente satisfeitos. O dízimo do gado sofreu um decréscimo por causa das secas e da mudança na arrecadação; antes em espécie e agora em moeda. O maior peso para a economia provincial foi as dívidas ao Banco.

Durante a gestão de Mathias Antônio da Fonseca Morato, a tesouraria da fazenda recebe verbas, segundo portaria de 23 de abril de 1881.

A Variola ataca, novamente, no município de Ceará-Mirim.

A instrução pública não oferecia grandes recursos. Algumas cadeias foram restabelecidas e foi dado ao Atheneu a instrução secundária. Porém, opondo-se a estas melhorias, faltava pessoal capacitado ao magistério e por falta de frequência, foi suprimida a escola do sexo masculino em Caraúba.

O departamento de obras públicas e efetuou serviços no prédio onde funcionava a escola primária noturna, no Bairro Alto; concertou o corredor da igreja de Santo Antônio; o relógio da praça da Torre da Matriz; e fez reparos na ponte da Ribeira, que teve suas ruas inundadas.

No Governo de Satiro de Oliveira Dias foi inaugurada a estrada de ferro ligando Natal a Nova Cruz e construiu-se o mercado público de Ceará-Mirim.

A instrução pública estava muito debilitada, carecendo de pessoal habilitado, material de expediente, livros, etc., resultando numa grande evasão bem visível.

A justiça dividia-se em treze comarcas, subdivididas em vinte e quatro terms dos quais quatorze tinham juizes de Direito e os demais, suplentes.

A Varíola continuava a vitimar na província; agora nas regiões de Natal, Mossoró e Extremoz, sendo contida com competência.

A agricultura e a indústria da Província tinha na época uma grande diversidade de produtos característicos de cada região; produtos estes como a cana-de-açúcar, que era a matéria-prima do açúcar; o algodão; borracha de mangabeira; milho; arroz; etc. A indústria pastoril principal atividade do sertão foi reduzida a 25% por causa das secas de 1877 e 1879.

Foi neste período que o governo imperial autorizou a instalação do Engenho Central, em Cunhaú; medida que trouxe grande desenvolvimento a região. (fonte)

Após Satiro, assume Mathias Antônio da Fonseca Morato, cujo governo não foi encontrado qualquer documento.

Assume Francisco de Gouveia Cunha Barreto num período em que o grande número de crimes assustou a sociedade. Foram apontadas como causa desse índice a falta de instrução e de educação moral e religiosa, a proteção aos criminosos por parte dos poderosos, a facilidade com que "desapareciam" pelas caatingas, e é claro, as dificuldades de comunicação com o centro administrativo. Com excessão da cadeia de Mossoró, todas as outras estavam em estado deplorável.

Mais uma vez a varíola ataca a Província; agora com casos fatais, num total de 269 óbitos, segundo estatísticas do cemitério.

A instrução primária passava por grandes dificuldades, visto que a população da província era basicamente agrícola e habitava no meio rural e as escolas, geralmente, estavam localizadas nas cidades. Existiam na Província 75 escolas e foram construídas mais 27, sendo 20 para o sexo masculino e 7 para o sexo feminino,



de acordo com a lei de 23 de junho. A instrução secundária era dada no Atheneu.

Com relação ao ensino particular, havia apenas um colégio, na capital da província, em cuja direção estavam Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e Amaro Barreto Filho.

A população escrava da Província era de 9.807 escravos.

Após a administração de Francisco de Gouveia Cunha Barreto, estiveram na presidência, em ordem cronológica: Antônio Basílio Ribeiro Dantas; Francisco de Paula Sales; Antônio Basílio Ribeiro Dantas; Francisco Altino Correia Araújo; Antônio Basílio Ribeiro Dantas e Álvaro Antônio da Costa, dos quais não foi encontrado qualquer registro escrito, a não ser o relatório do Bacharel Manoel Hemetério Raposo de Melo, sobre a instrução pública, em 1884, que esta se encontrava num quadro bastante insatisfatório, muito embora um terço da receita provincial fosse empregada nesse setor.

A Escola Normal não foi criada sob pena de sobrecarregar os "cofres provinciais com uma despesa que não me pareceu indispensável" (Relatório de Finanças Públicas, 1884).

Neste ano o que parecia ser mais necessário, e deveria ser, era a instituição primária e um corpo docente suficiente ou pelo menos com o mínimo de habilitação e principalmente de moral. Com este objetivo foram estabelecidas condições de capacidade profissional para exercer o magistério público entre os quais dever-se-ia apresentar títulos de habilitação nas matérias exigidas para o ensino primário, concedidos pelo "Atheneu".

Em toda a província existiam, em 1884, cento e oito cadeiras do ensino primário de ambos os sexos, o que poderiam ser suficientes se as finanças não limitassem este ensino à leitura sole-

trada e a assinar o nome muito mal.

Esse quadro era agravado pela incapacidade dos professores que muitas vezes mal sabiam ler e escrever, devido a um protecionismo facilmente obtido e a exames que nada mais eram que uma farsa. No mês de outubro do ano em questão, realizou-se um concurso onde candidatos, que mal sabiam formar o alfabeto foram aprovados, tendo o mesmo que ser anulado. *(parte)*

Já naquele ano os baixos salários dos professores estimulava o descaço com o ensino, visto que os que aceitavam tais salários na grande maioria das vezes não estavam capacitados; e quando se tinha habilitação para exercer o magistério não queria sujeitar-se aos vencimentos.

Ainda em 1884, a instrução secundária era dada no Atheneu Riograndense e comportava sete cadeiras em três aulas destacadas. Foi proposto pelo diretor da instrução pública a divisão da cadeira de Matemática Elementares, bem como da cadeira de Geografia e História, o que seria viável se as finanças da província não estivessem tão deficientes.

Em relatório sobre as finanças públicas de 1884 relatou-se que a receita de 1882/1883 deixou à presidência da província um débito. Para supri-lo o inspetor do tesouro sugeriu a criação de novos impostos; bem como o aumento de outros; idéia estas que não foi muito bem aceita.

Devido às inchenes que inundaram os canaviais de Ceará-Mirim os proprietários da região solicitaram provinciais. Foi nomeada uma comissão formada pelo Cel. Filippe Bezerra Cavalcanti Rocha; Ten. Cel. Thomaz José de Sena e pelo Cap. José Ribeiro Dantas Sobrinho, para encarregar-se dos trabalhos para os quais foram entregue três Contos de Reis.

Após esse período assume a Presidência da Província José Moreira Alves da Silva, que sendo da câmara e nova eleição.

O déficit público aumentou consideravelmente. Era cobrado um imposto de 3% sobre qualquer mercadoria vinda de fora da província.

A produção de algodão, que antes era totalmente mandada para o estrangeiro, estava sendo vendida em Recife.

As cadeias públicas não ofereciam segurança nem atendiam as exigências da saúde pública.

A instrução pública ainda passava por sérios problemas. A biblioteca provincial funcionava nas salas do Atheneu.

O serviço de correios era muito deficiente, pela falta de agentes capacitados.

A população foi afetada por um surto de beriberi; e os doentes foram colocados no Forte dos Reis Magos e Lazareto da Piedade. *(surto)*

No governo de Luiz Carlos Lins VANDERLEY, que para pagar as despesas da força pública, abriu um crédito suplementar; visto que eram de grande importância. Visando o pagamento de dívidas apenas algumas restaurações de prédios foram feitas.

A Província gastou com a instrução pública cerca de um terço de toda a receita. Havia na província uma escola para cada 2.377 habitantes, provando que, para a época, o ideal era tão somente melhorar as condições de ensino.

Em relação a saúde pública, foi um período passivo. Foram registrados alguns casos de febre, mas sem caráter epidêmico.

De acordo com a instrução do governo, o Presidente da Província mandou se fazer cumprir a Lei Áurea, a qual foi promulgada.

No governo de Francisco Amyntas Barros, as finanças continnuaram insatisfatórias, impossibilitando melhorias nas obras públicas. A iluminação era feita a querosene e era de péssima qualidade.

Novas condições foram exigidas para admissão no magistério. Foi estabelecida a aplicação de provas de capacidade, bem como o alongamento do prazo de vitalidade dos professores; nova tabela de vencimentos e a reativação do conselho literário.

José Marculino da Rosa Silva governou num período de tranquilidade pública, visto que o número de crimes foi bastante reduzido.

*(fonte)*

Existiam na Província, nesse período, 152 estabelecimentos públicos de ensino primário, todos carecendo de pessoal habilitado, e 9 particulares. O ensino secundário continuou a ser ministrado no Atheneu.

Segundo cálculos, registrou-se déficit nas finanças provinciais, causado provavelmente pela redução de 40% do imposto sobre a produção de gado.

Francisco Amyntas da Costa Barros assume, pela quinta vez, a presidência da Província. Não houve nenhum problema com relação a saúde ou a tranquilidade pública.

As obras públicas resumiram-se a serviços no edifício da escola pública primária da Ribeira, no hospital de caridade e na instalação de 95 lampiões para a iluminação pública.

Amyntas Barros foi deposto com o advento da República, dois dias depois a sua proclamação, em 15 de novembro de 1889.

*Quem era o governo antes  
Amyntas ou Antonio Barros  
Dantes?*

*Não confere como  
a ...  
...  
nem com a ...  
de pag. 16*

### III - CONCLUSÃO

O período provincial, como um todo, no Rio Grande do Norte foi marcado por momentos de grande desenvolvimento; como exemplo, a produção de açúcar e de algodão, que traziam muitos recursos para a região. Porém, no final do império, período enfocado pela presente monografia, já era bastante visível o desgaste econômico da região.

O açúcar e o algodão enfrentavam agora grande concorrência, tanto no Brasil quanto fora; a atividade pecuária sofreu grave declínio devido as constantes secas. Consequentemente a arrecadação diminuiu e do governo central, pouco podia esperar em termos de recursos financeiros.

Na sociedade, era grande o índice de analfabetismo e a miséria, formando uma população inerte, alheia ao desenvolvimento. A instrução pública não dispunha de pessoas capacitadas, nem recursos suficientes, apesar de ser gasto com ela um terço da arrecadação, piorando ainda mais a situação.

As pestes, as secas e a guerra do Paraguai, ocasionaram muitas perdas no Rio Grande do Norte. Muitos morriam, outros simplesmente emigravam para outras regiões em busca de melhoria de vida.

A constante alteração no poder em nada ajudava na continuidade das ações administrativas, visto que as prioridades e um presidente não eram as mesmas do seu sucessor.

Sendo assim podemos concluir que o final do império na Província do Rio Grande do Norte foi um período de grande dificuldades, cujos reflexos ainda podem ser observados hoje no Estado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) FAZOLI FILHO, Arnaldo. História do Brasil.
- (2) LIRA, A. Tavares de. História do Rio Grande do Norte. 2.ed. Brasília, 1982.
- (3) LOPEZ, Luís Roberto. História do Brasil Imperial. Mercado Aberto. 3.ed. Porto Alegre, 1987.
- (4) MEDEIROS, Tarcísio. Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte. Imprensa Universitária. Natal, 1973.
- (5) NOBRE, Manoel Ferreira. Breve História sobre a Província do Rio Grande do Norte. Ed. Pongetti. 2.ed. Rio de Janeiro, 1971.
- (6) PRADO Jr. Caio.. Evolução Política do Brasil e outros estudos.
- (7) PRADO Jr. Caio. Organizada da Coletânea de Francisco Iglesias. Ed. Ática. São Paulo, 1982.
- (8) SOUZA, Itamar de. A República Velha no Rio Grande do Norte: 1889 a 1930. Natal, 1989.
- (9) TORRES, João Camilo de Oliveira. A Democracia Coroada. Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1964.
- (10) VALUCE, Ládino. História do Brasil.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manoel Correia de. História Econômica do Brasil. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1970.
  
- ARINOS, Afonso e QUADROS, Jânio. História do Povo Brasileiro. J. Quadros Editores Culturais S/A, vol.4, São Paulo, 1968.
  
- BRASIL, Jerson. Sistema Político do Império. Ed. Progresso. Bahia, 1970.
  
- CARONE, Edgard. A República Velha. Dizele. 4.ed. Vol.02, Tomo 02. Rio de Janeiro, 1983.
  
- CASCUDO, Luiz da Câmara. Governos do Rio Grande do Norte: 1597-1939. Livraria Cosmopolita.
  
- \_\_\_\_\_ . História da Cidade do Natal. Ed. Civilização Brasileira, 1980.
  
- \_\_\_\_\_ . História do Rio Grande do Norte. MEC. Rio de Janeiro, 1955.
  
- FAZOLI FILHO, Arnaldo. História do Brasil.
  
- GOUVÊIA, Fernando da Cruz. O Partido Liberal no Império: O Barão de Vila Bela e sua Época. Prefeitura de Vamieeh Chacon, Senado Federal. Brasília, 1986.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral a Civilização Brasileira. Vol.04. Difel. São Paulo, 1985.
  
- \_\_\_\_\_ . História Geral da Civilização Brasileira. Vol.05. Difel. São Paulo, 1985.
  
- LIRA, Tavares de. História do Rio Grande do Norte. Tipografia Lenzinger. Rio de Janeiro.
  
- \_\_\_\_\_ . História do Rio Grande do Norte. 2.ed., Brasília, 1982.
  
- LOPEZ, Luís Roberto. História do Brasi Imperial. Mercado Aberto. 2.ed. Porto Alegre, 1984.
  
- MEDEIROS; Tarcísio. Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte. Imprensa Universitária. Natal, 1973.
  
- MOTA, Carlos Guilherme. Brasil em Perspectiva. Difusão Européia do Livro, 1971.
  
- MENDES Jr, Antônio; RONCAR, Luiz; MARANHÃO, Ricardo. História do Brasil: Texto e Consulta. Vol.02. Ed. Brasiliense, São Paulo.
  
- NOBRE, Manoel Ferreira. Breve História Sobre a Província do Rio Grande do Norte. 2.ed. Ed. Pogetti. Rio de Janeiro, 1971.
  
- PRADO Jr, Caio. Evolução Política do Brasil e Outros estudos.



- \_\_\_\_\_ . História Econômica do Brasil. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1970.
  
- REIS, Eduardo A. História do Brasil de Colombo a Kubstschek. Ed. Freitas Bastos, Rio de Janeiro, 1976.
  
- VALUCE, Ládino. História do Brasil.

ANEXOS

- Relatório que o Presidente de Província Sr. Alarico José Furtado entregou para o 1º vice presidente Dr. Mathias da Fonseca Morato, em 20/04/1881.

- Relatório que o 1º Vice presidente Sr. Mathias Antônio da Fonseca entregou para o Presidente da Província Sr. Satiro de Oliveira Dias, em 01/06/1881.

- Relatório que o Presidente da Província Sr. Satiro de Oliveira Morato entregou para o 1º vice-presidente Sr. Mathias Antônio da Fonseca Morato, em 16/03/1882.

- Fala lida pelo Presidente da Província Sr. Francisco de Gouvêia Cunha Barreto à Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte em 15/05/1882.

- Fala lida pelo Presidente da Província Sr. Francisco de Gouvêia Cunha barreto à Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte, em 09/03/1883.

- Relatório sobre a Instrução Pública - 1884.

- Relatório sobre as finanças provinciais - 1884.

- Fala lida pelo Presidente da Província Sr. José Moreira Alves da Silva à Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte, em 15/03/1886.

- Fala lida pelo Presidente de Província Sr. José Moreira Alves da Silva à Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte, em 26/04/1886.

- Relatório que o Presidente de Província Sr. José Moreira Alves da Silva entregou para o 1º Vice-presidente Sr. Luís Carlos Lins Wanderley, em 30/10/1886.

- Relatório que o 1º Vice-presidente Sr. Luiz Carlos Lins Wanderley entregou para o Presidente da Província Sr. Antônio Francisco de Carvalho, em 11/11/1886.

- Relatório que o Presidente da Província Sr. Antônio Francisco Pereira de Carvalho entregou para o 1º Vice-presidente Sr. Francisco Amyntas da Costa Barros, em 10/08/1888

- Fala lida pelo Presidente da Província Sr. Antônio Francisco Pereira de Carvalho à Assembléia Legislativa Provincial, em 15/01/1887.

- Relatório que o 1º Vice-presidente Sr. Francisco Amyntas da Costa Barros para o Presidente da Província Sr. José Marcelino da Rosa Silva, em 14/01/1888.

- Fala lida pelo Presidente da Província Sr. José Marcelino da Rosa e Silva à Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte.

